

**EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO
UNIFICADO PARA O MUNICÍPIO DE SERRARIA (PB)**

MUNICÍPIO DE SERRARIA (PB)

FISCAL DE TRIBUTOS

TARDE

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Respostas:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos:

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 01

A variação linguística é objeto de estudo da Linguística e relaciona-se às diferentes formas de uso da língua observadas entre falantes, contextos e situações de comunicação, sem se confundir com juízos normativos de correção gramatical (BAGNO, 2007).

Em relação à variação linguística, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A variação linguística corresponde a desvios ocasionais do sistema gramatical consagrado, resultantes de falhas no processo de aquisição da língua ou de insuficiência de escolarização formal por parte dos falantes.
- (B) A variação linguística caracteriza diferenças individuais de estilo linguístico, decorrentes exclusivamente de escolhas conscientes do falante em situações comunicativas particulares, sem relação sistemática com fatores sociais, culturais ou históricos mais amplos.
- (C) A variação linguística consiste na substituição progressiva da norma-padrão por formas regionais específicas, processo entendido como resultado de práticas linguísticas locais que acabam por suplantam o modelo considerado padrão em determinadas comunidades.
- (D) A variação linguística refere-se às múltiplas possibilidades de realização da língua condicionadas por fatores como contexto de uso, grupo social e situação comunicativa, constituindo fenômeno próprio das línguas naturais.

Questão 02

Além dos possíveis benefícios à longevidade, na opinião da gerente de marketing Maddie Albon, que tem 29 anos e mora em Londres, a prática de diferentes modalidades também ajuda na performance individual de alguns esportes e até contribui para o bom humor.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd9ezpjwy23o>. adaptado.)

Em relação à sintaxe do período, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O segmento "que tem 29 anos e mora em Londres" constitui oração subordinada adjetiva explicativa, intercalada ao período, com função de acrescentar informação acessória sobre o referente "Maddie Albon".
- (B) A expressão "na opinião da gerente de marketing Maddie Albon" funciona como complemento nominal do substantivo "benefícios", integrando a estrutura do sintagma nominal inicial do período.

- (C) A sequência verbal "ajuda na performance individual de alguns esportes e até contribui para o bom humor" configura período composto por coordenação sindética explicativa, em razão do valor argumentativo expresso pela conjunção implícita.
- (D) O trecho "Além dos possíveis benefícios à longevidade" exerce função de objeto indireto do verbo "ajuda", antecipado por deslocamento estilístico para a posição inicial do período.

Questão 03

A prática frequente de exercícios físicos de forma geral, ainda que concentrada em uma modalidade, é fundamental, ressaltam os especialistas, mas praticar uma variedade de atividades pode trazer benefícios adicionais.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd9ezpjwy23o>. adaptado.)

Em relação à regência nominal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A expressão "de forma geral" configura regência nominal, pois "geral" atua como substantivo relacional que rege a preposição "de" ao estabelecer vínculo semântico com o núcleo "forma".
- (B) O segmento "variedade de atividades" caracteriza regência nominal porque "variedade" funciona como advérbio de intensidade, exigindo a preposição "de" para quantificar o termo "atividades".
- (C) O adjetivo "concentrada" exige a preposição "em" para introduzir seu complemento: "em uma modalidade".
- (D) A construção "prática de exercícios físicos" exemplifica regência nominal porque "prática" é substantivo concreto, que seleciona a preposição "de" para estabelecer relação material com o termo "exercícios físicos".

Questão 04

Em análise sobre os hábitos de exercícios de 110 mil americanos a partir de informações contidas em duas grandes bases de dados coletadas no decorrer de três décadas, os cientistas identificaram que pessoas ativas que praticavam uma maior variedade de exercícios tinham 19% menos probabilidade de morrer.

(Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd9ezpjwy23o>. adaptado.)

Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) Os cientistas em análise sobre os hábitos de exercícios de 110 mil americanos a partir de informações contidas em duas grandes bases de dados coletadas no decorrer de três décadas, identificaram que pessoas ativas que praticavam uma maior variedade de exercícios tinham 19% menos probabilidade de morrer.

- (B) Os cientistas, em análise sobre os hábitos de exercícios de 110 mil americanos a partir de informações contidas em duas grandes bases de dados coletadas no decorrer de três décadas, identificaram que pessoas ativas que praticavam uma maior variedade de exercícios tinham 19% menos probabilidade de morrer.
- (C) Os cientistas, em análise sobre os hábitos de exercícios de 110 mil americanos a partir de informações contidas em duas grandes bases de dados coletadas no decorrer de três décadas identificaram, que pessoas ativas que praticavam uma maior variedade de exercícios tinham 19% menos probabilidade de morrer.
- (D) Os cientistas, em análise sobre os hábitos de exercícios de 110 mil americanos a partir de informações contidas em duas grandes bases de dados coletadas no decorrer de três décadas, identificaram, que pessoas ativas que praticavam uma maior variedade de exercícios tinham 19% menos probabilidade de morrer.

Questão 05

A segurança da informação é um pilar fundamental nas organizações modernas. Diferentes mecanismos e protocolos foram desenvolvidos para proteger dados contra acessos não autorizados, alterações maliciosas e perda de integridade. Compreender os princípios fundamentais da criptografia e autenticação é essencial para qualquer profissional que trabalhe com sistemas de informação.

Analise as seguintes proposições sobre segurança da informação e criptografia:

I. A criptografia simétrica utiliza a mesma chave para criptografar e descriptografar dados, sendo mais rápida que a criptografia assimétrica, mas apresentando desafios na distribuição segura da chave.

II. O protocolo HTTPS utiliza criptografia assimétrica para estabelecer uma conexão segura inicial e, em seguida, muda para criptografia simétrica para a transmissão de dados, combinando segurança com eficiência.

III. A autenticação de dois fatores (2FA) garante segurança absoluta contra todos os tipos de ataques cibernéticos, eliminando completamente a possibilidade de acesso não autorizado.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I, apenas.
(D) I, II e III.

Questão 06

Um gerente de projeto recebe aproximadamente 200 e-mails por dia de diferentes departamentos. Para melhorar sua produtividade, ele deseja criar um sistema de organização que automaticamente classifique e-mails

de clientes em uma pasta específica, aplique uma cor diferente para e-mails com palavras-chave como "urgente" ou "crítico", e configure respostas automáticas para ausências. Marque a alternativa **CORRETA** que corresponde a combinação de recursos ele deve utilizar.

- (A) Listas de distribuição, delegação de acesso e sincronização com calendário.
(B) Pastas compartilhadas, assinatura digital e criptografia de mensagens.
(C) Apenas filtros de e-mail e regras de formatação.
(D) Regras de e-mail, formatação condicional e respostas automáticas (ausência).

Questão 07

O sistema operacional Windows 10/11 oferece diversos atalhos de teclado que permitem aos usuários realizar tarefas comuns de forma mais rápida e eficiente. Esses atalhos são especialmente úteis em ambientes corporativos onde a produtividade é essencial. Além disso, a formatação adequada de documentos contribui para a profissionalização e legibilidade do conteúdo.

Associe os atalhos de teclado do Windows 10/11 da Coluna A com suas respectivas funções na Coluna B:

Coluna A:

1. Ctrl + Shift + Esc
2. Win + V
3. Ctrl + Alt + Delete
4. Win + Shift + S

Coluna B:

(__) Abre o histórico da área de transferência (clipboard), permitindo acessar múltiplos itens copiados anteriormente.

(__) Abre diretamente o Gerenciador de Tarefas, contornando a necessidade de acessar a tela de segurança do Windows.

(__) Ativa a ferramenta de captura de tela (screenshot) que permite selecionar uma área específica da tela para capturar.

(__) Abre a tela de segurança do Windows, fornecendo acesso ao Gerenciador de Tarefas, Trocar Usuário e outras opções de segurança.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) 2, 1, 3, 4.
(B) 3, 2, 4, 1.
(C) 2, 1, 4, 3.
(D) 1, 2, 4, 3.

Questão 08

Os deveres do servidor público constituem parâmetros normativos e funcionais que orientam a atuação estatal, estabelecendo padrões objetivos de conduta no

exercício do cargo, da função ou do emprego público, conforme construção doutrinária e normativa consolidada no Direito Administrativo brasileiro (DI PIETRO, 2022).

Assinale a alternativa **CORRETA** acerca dos principais deveres do servidor público.

- (A) Os deveres do servidor público concentram-se na esfera ética subjetiva do agente, sem correspondência necessária com padrões normativos objetivos ou com o desempenho funcional exigido pela Administração.
- (B) Os deveres do servidor público restringem-se ao cumprimento formal de ordens hierárquicas, independentemente de sua compatibilidade com a finalidade administrativa ou com os princípios que regem a atuação estatal.
- (C) Os deveres do servidor público decorrem exclusivamente da relação contratual individual com a Administração, não possuindo natureza funcional nem projeção institucional sobre o exercício da atividade estatal.
- (D) Os deveres do servidor público vinculam-se ao exercício regular da função administrativa, impondo condutas objetivas de lealdade institucional, eficiência funcional e observância das finalidades públicas.

Questão 09

As vedações impostas ao servidor público integram o regime jurídico-administrativo e têm por finalidade delimitar condutas incompatíveis com o exercício da função estatal, preservando a imparcialidade, a probidade e a legitimidade da atuação administrativa, conforme abordagem doutrinária do Direito Administrativo brasileiro (DI PIETRO, 2022).

Assinale a alternativa **CORRETA** acerca das vedações ao servidor público.

- (A) As vedações impostas ao servidor público correspondem a diretrizes éticas gerais de responsabilidade social corporativa, destinadas à harmonização das relações entre empregados, consumidores e organizações.
- (B) As vedações ao servidor público configuram instrumentos de autorregulação profissional baseados em padrões de mercado e boas práticas concorrenciais, orientados pela lógica da livre iniciativa e da competitividade econômica.
- (C) As vedações aplicáveis ao servidor correspondem a códigos de conduta corporativa voltados à eficiência organizacional, típicos do setor privado, cujo foco recai sobre estratégias internas de gestão e desempenho institucional.
- (D) As vedações ao servidor público consistem em restrições funcionais objetivas que impedem determinadas condutas no exercício do cargo, visando resguardar a moralidade administrativa e o interesse público.

Questão 10

A ética na Administração Pública constitui objeto de análise doutrinária no âmbito do Direito Administrativo, sendo tratada como dimensão relacionada à atuação do agente estatal e à conformidade de sua conduta com padrões valorativos reconhecidos no exercício da função pública (MEIRELLES, 2016).

Assinale a alternativa **CORRETA** acerca da ética na Administração Pública.

- (A) A ética administrativa identifica-se integralmente com o princípio da moralidade administrativa, não se distinguindo conceitual nem funcionalmente dessa categoria no âmbito da doutrina do Direito Administrativo contemporâneo.
- (B) A ética na Administração Pública limita-se à observância do comportamento individual do servidor, concentrando-se na dimensão subjetiva da conduta e sem projeção direta sobre a função exercida ou a legitimidade institucional da atuação estatal.
- (C) A ética na Administração Pública configura-se como categoria essencialmente axiológica, restrita ao plano valorativo abstrato, desprovida de força normativa própria e inapta a servir como parâmetro institucional de controle da conduta do agente público.
- (D) A ética administrativa opera como parâmetro de legitimação da conduta do agente público, incidindo sobre o exercício da função estatal ao integrar valores jurídicos objetivos e padrões normativos, sem se confundir com juízos morais individuais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 11

O CTN estabelece normas gerais de Direito Tributário, de acordo com o Artigo 111 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), sem considerar jurisprudência ou doutrina, analise as afirmativas a seguir:

- I. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a suspensão ou exclusão do crédito tributário.
- II. A outorga de isenção deve ser interpretada de forma extensiva quando o contribuinte demonstrar que a norma é socialmente justa.
- III. A legislação tributária que trate de dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias exige interpretação literal.
- IV. Normas que versam sobre a definição do alcance de princípios constitucionais tributários devem ser interpretadas literalmente pelo fisco.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições **CORRETAS**:

- (A) I e IV.
- (B) I e III.

- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.

Questão 12

O poder de polícia fundamenta a cobrança de taxas. Com base exclusivamente na redação atual dos Artigos 77 e 78 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), assinale a alternativa correta sobre a taxa de fiscalização.

- (A) O poder de polícia é a atividade da administração pública que limita ou disciplina direitos e liberdades, regulando atos ou abstenções em razão de interesse público.
- (B) O valor da taxa de fiscalização deve ser fixado obrigatoriamente em função direta do lucro líquido apurado pelo contribuinte no exercício financeiro imediatamente anterior ao lançamento tributário.
- (C) A taxa de polícia pode ter base de cálculo idêntica à de qualquer imposto municipal, desde que destinada ao custeio do órgão fiscalizador.
- (D) A taxa de fiscalização é devida apenas se o contribuinte solicitar expressamente e previamente a visita formal do fiscal ao seu estabelecimento comercial regularmente constituído.

Questão 13

A competência tributária consiste no poder de instituir tributos. Com base exclusivamente na redação atual do Artigo 7º da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta quanto à delegação da competência tributária.

- (A) A competência tributária pode ser alterada mediante convênio entre municípios limítrofes, permitindo que um arrecade tributos devidos ao outro em áreas conurbadas.
- (B) A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis e atos administrativos.
- (C) Os entes podem delegar a competência para criar tributos a autarquias, desde que estas possuam autonomia financeira e administrativa plena para a gestão.
- (D) A falta de exercício da competência tributária por um ente federado permite que outro ente a exerça de forma supletiva para evitar a perda de receita.

Questão 14

A estrutura tributária distribui a competência entre os entes. Com base exclusivamente no disposto no Artigo 156 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), assinale a alternativa correta sobre a competência tributária dos Municípios.

- (A) Compete aos Municípios instituir o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos de residentes no município.

- (B) Compete aos Municípios instituir o imposto sobre a propriedade territorial rural, cuja alíquota mínima é fixada por decreto do prefeito local.
- (C) Compete aos Municípios instituir impostos sobre a produção industrial de bens de consumo duráveis realizados dentro do seu território geográfico.
- (D) Compete aos Municípios instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza, exceto os de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Questão 15

A desoneração tributária ocorre por vias constitucionais ou legais. Com base exclusivamente no Artigo 176 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), analise as afirmativas a seguir:

I. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.

II. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições peculiares a ela.

III. A isenção não se estende às taxas e às contribuições de melhoria, salvo disposição de lei em contrário, nos termos do Artigo 177 do CTN.

IV. A imunidade tributária pode ser revogada por lei ordinária municipal caso o beneficiário deixe de cumprir obrigações acessórias.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.

Questão 16

A classificação econômica dos impostos divide-os conforme a repercussão financeira. Com base exclusivamente nos conceitos do CTN (Código Tributário Nacional), analise as afirmativas a seguir:

I. Nos impostos indiretos ocorre o fenômeno da translação, onde o contribuinte de direito repassa o ônus para o contribuinte de fato.

II. O Imposto sobre a Renda (IR) é classificado como imposto direto, pois a carga tributária é suportada pelo próprio gerador da renda.

III. A restituição de tributos indiretos exige que o contribuinte prove que assumiu o encargo financeiro, conforme o Artigo 166 do CTN.

IV. Os impostos diretos são caracterizados pela regressividade obrigatória, incidindo com a mesma alíquota para todos os contribuintes.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II, III e IV.

Questão 17

A estatística auxilia na seleção de alvos fiscais. Com base exclusivamente em conceitos de estatística descritiva e inferencial, analise as afirmativas a seguir:

I. O coeficiente de variação permite comparar a dispersão de dois conjuntos de dados com médias e unidades de medida diferentes.

II. Um outlier é um valor que se afasta significativamente da massa de dados, podendo indicar erro de preenchimento ou fraude fiscal no faturamento.

III. A mediana é o valor que divide o conjunto de dados em duas partes iguais, sendo menos afetada por valores extremos do que a média aritmética.

IV. O erro tipo I ocorre quando a fiscalização rejeita a hipótese de que o contribuinte está regular, quando na verdade ele está em conformidade com a lei.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II.

Questão 18

A CF/88 estabelece a repartição das receitas tributárias. Com base exclusivamente na redação atual do Artigo 158 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), assinale a alternativa que descreve corretamente a repartição do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

- (A) Pertencem aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (B) Pertencem aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do IPVA, devendo o restante ser aplicado em educação pelo Estado.
- (C) A repartição do IPVA é facultativa e depende de lei estadual que defina os critérios de rateio com base no índice de desenvolvimento humano municipal.
- (D) O Estado deve repassar 100% (cem por cento) do IPVA aos municípios em que os proprietários residam, restando apenas uma taxa de administração de 5%.

Questão 19

O processo administrativo resolve litígios fiscais. Com base exclusivamente no disposto no Artigo 151 da Lei nº

5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(___) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

(___) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário impede a autuação do contribuinte por novos fatos geradores ocorridos durante o processo.

(___) O depósito do montante integral do crédito tributário suspende a sua exigibilidade independentemente do ajuizamento de ação judicial.

(___) A moratória concedida em caráter individual suspende a exigibilidade do crédito apenas para o contribuinte beneficiado pela lei municipal.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, F, V, V.
- (D) V, V, V, V.

Questão 20

A integração entre as normas contábeis e a legislação tributária é fundamental. Com base exclusivamente na Lei nº 12.973/2014, que regula o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), analise as afirmativas a seguir:

I. O regime de competência é a regra geral para a apropriação de receitas e despesas na contabilidade tributária, salvo exceções expressas em lei.

II. Ajustes de avaliação a valor justo, conforme as normas contábeis, possuem efeito tributário imediato na base de cálculo do lucro real no momento do ajuste.

III. Despesas com provisões são geralmente indedutíveis na apuração do lucro real até que a despesa seja efetivamente realizada, conforme a Lei nº 9.249/1995.

IV. A depreciação de bens do ativo imobilizado deve seguir as taxas fixadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) para fins de dedutibilidade fiscal.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II, III e IV.

Questão 21

Conceitos econômicos influenciam a arrecadação. Com base exclusivamente na teoria econômica das finanças públicas, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(___) A progressividade tributária é um instrumento de

redistribuição de renda onde as alíquotas aumentam conforme cresce a base de cálculo.

() O imposto neutro é aquele que não provoca alterações nas decisões de consumo ou produção dos agentes econômicos no mercado.

() A incidência econômica do tributo é sempre idêntica à incidência jurídica, não permitindo a transferência do ônus fiscal para o consumidor final.

() Tributos sobre bens com demanda inelástica geram menor perda de eficiência econômica (peso morto) para a sociedade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, F, F, F.
- (D) V, F, F, V.

Questão 22

A receita pública financia o Estado. Com base exclusivamente nas normas gerais da Lei nº 4.320/1964, analise as afirmativas a seguir:

I. São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, conforme o Artigo 11.

II. São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e amortização de empréstimos concedidos.

III. As receitas de impostos devem ser classificadas como receitas de capital quando vinculadas por lei municipal a investimentos em infraestrutura.

IV. O superávit do orçamento corrente não constitui item de receita orçamentária para fins de classificação na Lei nº 4.320/1964.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e IV.

Questão 23

O cadastro fiscal permite à administração identificar os sujeitos passivos e monitorar suas atividades. Com base exclusivamente no disposto na Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), acerca do cadastro fiscal, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é condição necessária, mas não suficiente, para a regularidade fiscal perante municípios que exijam inscrição municipal específica.

() A baixa da inscrição tributária no cadastro municipal implica a imediata extinção das obrigações tributárias principais remanescentes do período em que a empresa esteve ativa.

() A autoridade administrativa pode promover de ofício a alteração cadastral quando o contribuinte deixe de atualizar seus dados após mudança de endereço ou de atividade econômica.

() O número de inscrição tributária municipal deve constar em todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte, sob pena de nulidade do documento perante a fiscalização.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, V.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, F, F, F.
- (D) V, V, V, V.

Questão 24

A atividade de fiscalização tributária municipal é regida por normas que equilibram o poder de império do Estado e as garantias fundamentais. Com base exclusivamente nas normas gerais da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), acerca da arrecadação e fiscalização de tributos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() O domicílio tributário eleito pelo contribuinte pode ser recusado pela autoridade administrativa quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização, nos termos do Artigo 127, § 2º do CTN.

() A lavratura de termo de início de fiscalização tem o condão de excluir a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos tributos e períodos descritos no documento, conforme o Artigo 196 do CTN.

() Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal devem ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações, segundo o Artigo 195, parágrafo único do CTN.

() A autoridade administrativa pode realizar o exame de documentos e livros fiscais em estabelecimentos de terceiros, independentemente de intimação prévia, desde que haja indício de fraude.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, F.
- (B) F, V, V, V.
- (C) F, F, F, F.
- (D) V, F, F, V.

Questão 25

A fiscalização municipal atua sobre tributos locais. Com

base exclusivamente nas normas da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e da Lei Complementar nº 123/2006, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() O Auditor Fiscal Municipal tem livre acesso a qualquer estabelecimento onde se desenvolvam atividades sujeitas à tributação, conforme o Artigo 196 do CTN.

() Os municípios podem celebrar convênios com a União para fiscalizar e arrecadar o Imposto Territorial Rural (ITR) referente aos imóveis em seu território.

() No regime do Simples Nacional, a fiscalização de tributos municipais é exercida de forma compartilhada pelos entes federados, conforme o Artigo 33 da LC 123/2006.

() A fiscalização do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) é de competência exclusiva dos Estados quando o imóvel for rural.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, F, F.
- (C) V, V, V, F.
- (D) F, V, V, V.

Questão 26

As infrações resultam no descumprimento de obrigações. Com base exclusivamente nos Artigos 136 e 138 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do beneficiário, conforme o Artigo 136.

() A denúncia espontânea da infração exclui a responsabilidade do contribuinte, desde que acompanhada do pagamento do tributo e juros, nos termos do Artigo 138.

() A aplicação de penalidade pecuniária exclui o pagamento do tributo devido caso a infração tenha sido cometida por erro escusável do contribuinte.

() A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício de função.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, F.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, F, V.

Questão 27

A relação tributária compõe-se de deveres distintos. Com base exclusivamente no disposto nos Artigos 113 a 122 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e extingue-se juntamente com o crédito tributário dela decorrente.

() A inobservância de uma obrigação acessória a converte em obrigação principal no que tange à penalidade pecuniária, conforme o Artigo 113, § 3º.

() O sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, nos termos do Artigo 121.

() A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais, conforme o Artigo 126 do CTN.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, F.
- (B) F, F, F, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, V, V, V.

Questão 28

As obrigações acessórias visam o controle fiscal. Com base exclusivamente na redação do Artigo 113, § 2º da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), assinale a alternativa que define corretamente a obrigação acessória.

- (A) A prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito.
- (B) O dever jurídico de o contribuinte quitar as multas de mora decorrentes do atraso no pagamento do imposto principal devidamente lançado.
- (C) A obrigação que tem por objeto as prestações previstas na legislação tributária no interesse da arrecadação ou da fiscalização.
- (D) A obrigação que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária ao ente público.

Questão 29

O planejamento busca a eficiência fiscal. Com base exclusivamente na Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN) e na Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), analise as afirmativas a seguir:

I. A autoridade administrativa pode desconsiderar atos praticados com o objetivo de dissimular a ocorrência do fato gerador, conforme o parágrafo único do Artigo 116 do CTN.

II. O negócio jurídico simulado é nulo, mas subsistirá o que se dissimulou se for válido na substância e na forma, nos termos do Código Civil.

III. A elisão tributária é o planejamento lícito realizado antes da ocorrência do fato gerador para reduzir a carga tributária devida.

IV. A norma geral antielisão constante no CTN exige lei ordinária municipal específica para definir os procedimentos de desconsideração de atos.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) III e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.

Questão 30

O Sistema Tributário Nacional é regido por limitações constitucionais. Com base exclusivamente no disposto no Artigo 150 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() É vedado aos entes federados instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, em observância à imunidade recíproca.

() A imunidade tributária conferida a templos de qualquer culto aplica-se exclusivamente aos locais de celebração, não abrangendo imóveis alugados a terceiros.

() O princípio da anterioridade nonagesimal impede a cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data da publicação da lei, sem exceções.

() É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco, conforme o inciso IV do Artigo 150.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, F, F, V.

Questão 31

A legislação federal abrange impostos nacionais. Com base exclusivamente na redação atual do Artigo 153 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), assinale a alternativa que apresenta uma competência tributária exclusiva da União.

- (A) Instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) quando o serviço for prestado para órgãos da administração direta da União.

- (B) Instituir imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) quando as partes envolvidas forem empresas públicas federais.

- (C) Instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana de imóveis localizados em áreas de proteção ambiental federal.

- (D) Instituir imposto sobre produtos industrializados (IPI), que será seletivo em função da essencialidade do produto comercializado.

Questão 32

O crédito tributário decorre da obrigação principal. Com base exclusivamente no disposto no Artigo 175 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), assinale a alternativa que apresenta uma causa de exclusão do crédito tributário.

- (A) A moratória concedida em caráter geral pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo objeto do benefício.

- (B) A remissão total ou parcial do crédito tributário, fundamentada em lei que considere a situação econômica do sujeito passivo devedor.

- (C) A isenção concedida por lei específica que descreva as condições e requisitos para sua fruição pelo sujeito passivo da obrigação.

- (D) O parcelamento da dívida tributária, desde que formalizado antes da inscrição do débito em dívida ativa pela procuradoria municipal.

Questão 33

A inscrição em dívida ativa confere presunção de liquidez ao débito. Com base exclusivamente na Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal - LEF), assinale a alternativa correta sobre o termo de inscrição em dívida ativa.

- (A) A dívida ativa tributária compreende apenas o valor do tributo devido, sendo vedada a inclusão de multas de qualquer natureza na certidão de inscrição.

- (B) A Certidão de Dívida Ativa (CDA) serve como título executivo extrajudicial, prescindindo de qualquer fundamentação legal específica no corpo do documento.

- (C) O termo de inscrição deve indicar obrigatoriamente a fundamentação legal da dívida e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei.

- (D) A omissão de qualquer requisito no termo de inscrição é causa de nulidade absoluta que não pode ser sanada em hipótese alguma pela administração pública.

Questão 34

A legislação estadual disciplina o ICMS e IPVA. Com base exclusivamente no Artigo 155 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), analise as afirmativas a seguir.

I. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de

mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte.

II. O ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado.

III. A isenção ou não-incidência do ICMS acarretará o direito ao crédito relativo às operações anteriores, salvo se houver lei estadual proibindo.

IV. As alíquotas internas do ICMS não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais, salvo deliberação do Senado Federal.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.

Questão 35

O lançamento verifica a ocorrência do fato gerador. Com base exclusivamente na redação atual do Artigo 142 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), assinale a alternativa que apresenta a definição correta de lançamento.

- (A) O processo de criação de novas alíquotas tributárias por meio de decreto do Poder Executivo em situações de urgência e relevância pública.
- (B) A notificação enviada ao contribuinte informando sobre a inscrição do débito em dívida ativa e o prazo para o ajuizamento da execução fiscal.
- (C) O procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, determina a matéria tributável, calcula o montante devido e identifica o sujeito passivo.
- (D) O ato jurisdicional que homologa o pagamento efetuado antecipadamente pelo contribuinte sem a necessidade de conferência prévia pela autoridade fiscal.

Questão 36

O Direito Tributário rege a relação fisco-contribuinte. Com base exclusivamente no disposto na Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), analise as afirmativas a seguir:

- I. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- II. O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, conforme o Artigo 114 do CTN.
- III. A autoridade administrativa pode desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador, nos termos do Artigo 116.
- IV. A solidariedade tributária comporta o benefício de

ordem, devendo o fisco cobrar primeiramente do contribuinte direto.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.

Questão 37

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) regula a gestão da receita. Com base exclusivamente na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), sobre a renúncia de receita, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(___) A renúncia de receita deve vir acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência, conforme o Artigo 14.

(___) É considerada renúncia de receita a alteração de alíquota de impostos com função extrafiscal, como o Imposto de Importação (II) e o Imposto de Exportação (IE).

(___) A despesa total com pessoal não poderá exceder os limites percentuais da receita corrente líquida estabelecidos para cada ente, nos termos do Artigo 19.

(___) As receitas provenientes da dívida ativa tributária são classificadas como receitas tributárias correntes, independentemente do exercício do fato gerador.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, F, V, V.
- (D) V, F, F, V.

Questão 38

A atuação do fiscal é um ato administrativo vinculado. Com base exclusivamente nos princípios do Direito Administrativo e do CTN (Código Tributário Nacional), analise as afirmativas a seguir:

I. O poder de polícia administrativa permite à fiscalização tributária restringir direitos individuais em benefício do interesse público, agindo com discricionariedade.

II. O atributo da autoexecutoriedade permite que a administração tributária realize a cobrança forçada de multas mediante penhora direta de bens, sem o Judiciário.

III. O ato de lançamento tributário é um ato administrativo vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, conforme o Artigo 142 do CTN.

IV. A presunção de legitimidade e veracidade dos atos dos agentes fiscais transfere ao contribuinte o ônus de

provar a inexistência do erro no cálculo do tributo.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.

Questão 39

A decadência e a prescrição visam garantir a segurança jurídica. Com base exclusivamente nos Artigos 173 e 174 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() O prazo decadencial para o fisco constituir o crédito tributário é de cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado.

() Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, ocorrendo o pagamento antecipado e sem dolo, o prazo decadencial é de cinco anos a contar do fato gerador.

() A prescrição para a cobrança do crédito tributário é interrompida pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal, nos termos do Artigo 174, inciso I.

() A interrupção da prescrição contra um dos devedores solidários não prejudica os demais, mantendo-se o prazo original para os coobrigados não citados.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, V, F.
- (D) F, V, F, V.

Questão 40

No procedimento de Auditoria Fiscal, o auditor utiliza técnicas de cruzamento de dados para identificar omissões de receita. Com base exclusivamente nas disposições da Lei nº 9.430/1996 e das normas gerais do CTN (Código Tributário Nacional), analise as afirmativas a seguir:

I. A presunção de omissão de receita caracteriza-se pela manutenção de passivo fictício no balanço patrimonial, independentemente da demonstração da origem dos recursos.

II. O suprimento de caixa sem a devida comprovação da origem do numerário autoriza a autoridade fiscal a efetuar o lançamento de ofício por presunção legal de rendimentos tributáveis.

III. Na auditoria de estoques, a constatação de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal

gera a presunção de que as saídas anteriores não foram regularmente tributadas.

IV. O levantamento financeiro que aponte desembolsos superiores às disponibilidades no período configura indício de omissão de ingressos, passível de arbitramento.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III.

RASCUNHO

NÃO DESTAQUE

SERRARIA (PB)